

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Claudiane Cabral Reis da Hora

**A INCORPORAÇÃO DA LEI 10639/03 NO ENSINO DE
GEOGRAFIA:**

Revisão de literatura em periódicos científicos

Rio de Janeiro
2021



Claudiane Cabral Reis da Hora

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculado à Pró-Reitoria de Pós Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Orientador: Professor Mestre Pedro Bernardes Pinheiro

A INCORPORAÇÃO DA LEI 10639/03 NO ENSINO DE GEOGRAFIA: Revisão de literatura em periódicos científicos

Rio de Janeiro
2021

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

H811 Hora, Claudiane Cabral Reis da

A incorporação da lei 10639/03 no ensino de geografia: revisão de Literatura em Periódicos Científicos / Claudiane Cabral Reis da Hora. - Rio de Janeiro, 2021.

23 f.

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Pedro Bernardes Pinheiro.

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Relações étnicos-raciais – Estudo e ensino. 3. Cultura afro-brasileira - Estudo e ensino. 4. África - História. 5. Revisão sistemática. I. Pinheiro, Pedro Bernardes. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Claudiane Cabral Reis da Hora

**A INCORPORAÇÃO DA LEI 10639/03 NO ENSINO DE GEOGRAFIA:
Revisão de literatura em periódicos científicos**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Aprovado em: 24/09/2021.

Banca Examinadora:

Professor M. Pedro Bernardes Pinheiro (Orientadora)
Colégio Pedro II

M^a. Tatiana de Souza Ferreira
Colégio Pedro II

M. Marcus Vinícius Gomes
Colégio Pedro II

Rio de Janeiro
2021

A INCORPORAÇÃO DA LEI 10639/03 NO ENSINO DE GEOGRAFIA: Revisão de literatura em periódicos científicos

Claudiane Cabral Reis da Hora

Resumo: Após 18 anos da implementação da Lei 10639/03, que tornou obrigatório o ensino de história da África e cultura afro-brasileira na Educação Básica a discussão acerca das relações étnico-raciais encontram-se ainda mais intensas, principalmente no campo da educação. Nesse sentido, buscou-se neste artigo observar como esse debate vem sendo realizado em pesquisas científicas recentes na área de ensino de Geografia. Tal análise foi realizada a partir da metodologia de Revisão de Literatura Sistemática (RSL), por meio de pesquisa bibliográfica em periódicos nacionais verificados na Plataforma Sucupira Capes entre os anos de 2015 e 2020. Foram selecionados e analisados artigos acadêmicos que evidenciassem como tem sido discutida a incorporação da Lei 10639/03 no ensino de Geografia recentemente. Todavia, a pesquisa realizada revelou que a promulgação da lei, embora represente um avanço no sentido da igualdade racial, não garante a sua realização. Concepções etnocêntricas e de hierarquia racial são passadas pela escola em todas as disciplinas. Introjadas por docentes e discentes, através de discursos, ideias, gestos e comportamentos. Trabalhar as relações étnico-raciais na escola pode trazer resultados positivos, uma vez que os alunos e alunas passam a considerar as diferenças como sendo algo presente e que não deve levar a exclusão. A Geografia, sendo uma ciência que estuda o espaço geográfico, constitui um poderoso instrumento de releitura das representações sociais podendo contribuir na desconstrução de narrativas eurocêntricas. Esse material além de publicizar pesquisas pode ser uma fonte importante de investigação para professores/professoras e pesquisadores/pesquisadoras da área de ensino de Geografia.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Relações étnico-raciais; Lei 10639/03; Revisão de Literatura.

THE INCORPORATION OF LAW 10639/03 IN THE TEACHING OF GEOGRAPHY: Literature review in scientific journals

Abstrat: After 18 years of the implementation of Law 10639/03, which made the teaching of African history and Afro-Brazilian culture mandatory in Basic Education, the discussion about ethnic-racial relations is even more intense, especially in the field of education. In this sense, this article sought to observe how this debate has been carried out in recent scientific research in the area of teaching Geography. This analysis was performed using the Systematic Literature Review (SLR) methodology, through bibliographic research in national journals

verified in the Sucupira Capes Platform between 2015 and 2020. Academic articles that showed how it has been discussed were selected and analyzed the incorporation of Law 10639/03 in the teaching of Geography recently. However, the research carried out revealed that the enactment of the law, although it represents an advance towards racial equality, does not guarantee its realization. Ethnocentric and racial hierarchy concepts are passed on by the school in all subjects. Introjected by professors and students, through speeches, ideas, gestures and behaviors. Working on ethnic-racial relations at school can bring positive results, as students begin to consider differences as something present and that should not lead to exclusion. Geography, being a science that studies geographic space, is a powerful instrument for re-reading social representations and can contribute to the deconstruction of Eurocentric narratives. This material, in addition to publicizing research, can be an important source of investigation for professors and researchers in the field of teaching Geography.

Keywords: Teaching of Geography; Ethnic-racial relations; Law 10639/03; Literature review.

1. INTRODUÇÃO

A Lei 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003, tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio das escolas brasileiras públicas e particulares. Esta foi uma conquista dos movimentos negros que, há muito tempo, lutavam por uma valorização das origens étnicas do povo negro brasileiro. Representa um importante instrumento educacional de combate ao racismo, “juntamente com as políticas de democratização do acesso ao ensino superior – que têm na reserva de vagas em universidades públicas a medida mais conhecida” (SANTOS, 2009, p.1).

Com o objetivo de garantir a institucionalização da Lei 10.639/2003 o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana (Parecer CNE/CP nº. 03 de 10 de março de 2004), onde são estabelecidas orientações de conteúdos a serem incluídos e trabalhados e as necessárias modificações nos currículos escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Nesse sentido, a lei busca reposicionar a população negra e as relações raciais na educação (SANTOS, 2011) e o Parecer busca identificar conteúdos e práticas pedagógicas presentes no ambiente escolar que contribuem para a reprodução do racismo. Apesar da lei não especificar a Geografia, a comunidade disciplinar tem compreendido a sua importância como um instrumento de mudanças curriculares.

No caso da Geografia Escolar existem diferentes conteúdos que estão diretamente ligados às questões raciais demonstrando grandes possibilidades de engajamento com uma educação voltada para a igualdade racial. Entretanto, isso ainda depende das práticas e interpretações voltadas para a incorporação da lei nos currículos escolares. Não se trata apenas da leitura das orientações e diretrizes apresentadas pelo documento, mas sim da inserção de conteúdos que busquem “descolonizar¹” os saberes vigentes na educação, valorizando visões de mundo contra hegemônicas e revisando conteúdos que de alguma forma reforçam o preconceito racial e inferiorizam as pessoas negras² na sociedade.

Em vista disso, reconhecendo a importância do assunto, decidiu-se abordar os escritos científicos que vêm sendo elaborados no campo do ensino de Geografia acerca da incorporação desta lei. O trabalho, por conseguinte, é uma revisão de literatura, pautada na análise de artigos de pesquisadores da área do ensino de Geografia, tendo como foco destacar quais são os direcionamentos que os artigos que abordam esse conteúdo trazem em seu bojo e quais reflexões eles propõem ao analisar tal temática.

Diante disso, a presente pesquisa buscou responder a seguinte questão problema: “Como as pesquisas científicas recentes evidenciam a incorporação da Lei 10639/03 no ensino de Geografia?” Logo, aponta-se como objetivo geral: compreender como tem sido discutida a incorporação da Lei 10639/03 no ensino de geografia através de artigos científicos publicados em periódicos qualificados entre os anos de 2015 e 2020.

A importância do tema é destacada pelos autores aqui trazidos para debate como: Santos (2009, 2010 e 2011, 2013), Quijano (2005), Gomes (2010 e 2012) entre outros.

Para tanto foi realizada uma revisão sistemática de literatura (RSL)³ promovida a partir de métodos explícitos e sistematizados de buscas por meio de revistas eletrônicas com

¹Repensar o currículo escolar, possibilitando outros conhecimentos independentes da perspectiva eurocêntrica que exclui e marginaliza as populações negras e indígenas.

²Segundo o IBGE, população negra é a combinação de pretos e pardos

³Revisões sistemáticas identificam um conjunto de estudos já finalizados que abordam uma determinada questão de pesquisa e avaliam os resultados desses estudos para evidenciar conclusões sobre um corpo de conhecimento (GRADY; CUMMINGS; HULLEY, 2015 apud DEMERVAL et al., 2019, p. 3)

periódicos relacionados ao ensino de Geografia. Os dados permitiram entender aspectos relevantes no campo considerado. Após essa introdução, são abordados na seção 2, aspectos relativos às relações étnico-raciais na educação e a Lei 10639 no ensino de geografia a partir das contribuições teóricas de diferentes autores. Na seção 3, descreve-se a abordagem metodológica da pesquisa envolvendo o planejamento, a condução e ameaças e a validade da RSL proposta. Na seção 4, serão analisados os resultados obtidos considerando a questão problema da pesquisa. Por fim, apresentam-se as considerações finais da investigação promovida.

2. AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO

A sociedade brasileira teve sua identidade forjada por uma classe dominante que utilizou uma ideologia de hierarquia racial para legitimar as relações de poder existentes. A raça tornou-se a “essência da classificação social” (QUIJANO, 2005) dos privilégios e das oportunidades, sendo elemento fundamental para a desigualdade social e espacial existente no país, a população negra sofre até hoje com as consequências dessa desvalorização histórica. Para Santos (2010, p.144), a leitura das relações raciais torna-se importante, pois a raça é um princípio social de classificação de indivíduos e grupos, construído artificialmente para o ordenamento de relações hierárquicas e poder.

O racismo então é responsável por fragmentar e hierarquizar grupos sociais a partir de seus pertencimentos raciais que são expressos na configuração dos “lugares”, a Geografia é uma ferramenta analítica fundamental para a constituição espacial e social desses lugares. O espaço escolar é um ambiente que reflete os valores da sociedade e abarca diferentes concepções de mundo, sendo assim, a educação é um dos principais mecanismos para a superação do racismo e das desigualdades raciais. Segundo consta no documento governamental as “Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”:

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (BRASIL, 2004, p.7)

Sabemos que o combate ao racismo, o trabalho pelo fim das desigualdades sociais e raciais e em favor da educação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. Compreendemos que o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali, sendo assim é de suma importância que a comunidade escolar esteja preparada para desconstruir as mentalidades racistas e preconceituosas, reestruturando relações étnico-raciais e sociais e os processos pedagógicos.

O povo brasileiro reflete uma heterogeneidade cultural, étnica e racial, porém a tensa relação, muitas vezes oculta, entre os diferentes grupos raciais (fortalecida por ideologias e estereótipos racistas) desvaloriza o patrimônio histórico-cultural da população negra. A

reeducação das relações étnico-raciais é necessária para reconhecimento e valorização de outras culturas e identidades. Para Gomes (2010):

São relações imersas na alteridade e construídas historicamente nos contextos de poder e das hierarquias raciais brasileiras, nos quais a raça opera como forma de classificação social, demarcação de diferenças e interpretação política e identitária. Trata-se, portanto, de relações construídas no processo histórico, social, político, econômico e cultural. (GOMES, 2010, p.22)

É importante compreendermos os conceitos raça e etnia quando refletimos sobre as relações étnico-raciais. Atualmente o termo raça, foi ressignificado pela sociedade brasileira que rejeitou o conceito biológico cunhado no século XVII (já que não temos a existência de “raças humanas”) e que com o passar do tempo, mais especificamente a partir do século XIX, passou a ser utilizado no sentido de justificar as diferenças fenotípicas entre seres humanos e marcar relações de dominação político-cultural de um grupo sobre outro (SANTOS e MARQUES, 2012) . Os Movimentos Negros são um importante disseminador dessa nova significação, quando utiliza o termo raça com o objetivo de valorizar a herança deixada pelos africanos, lutar contra a discriminação racial e o racismo, ressaltando como determinadas características físicas podem influenciar no lugar social que os indivíduos negros ocupam dentro da sociedade brasileira. Assim para Gomes (2010):

O conceito de raça é adotado, nessa perspectiva, com um significado político e identitário construído com base na análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro, as suas formas de superação e considerando as dimensões histórica e cultural a que esse processo complexo nos remete. (GOMES, 2010, p.22)

O termo étnico é empregado como forma de valorização histórica, política e cultural da ancestralidade africana, buscando formar uma identidade que compreenda a realidade dos negros/as brasileiros/as, não se limitando apenas as características físicas. Mas também a cultura, territorialidade, simbolismo e crenças que remetem ao pertencimento a esse grupo.

As relações étnico-raciais tornam-se importantes no contexto educacional por estimular o conhecimento sobre a formação étnico-racial brasileira, as contribuições dos diferentes grupos étnicos para a nossa identidade como povo e a permanência histórica do racismo na sociedade brasileira.

A luta dos Movimentos Negros contra a desigualdade racial resultou em algumas medidas voltadas à população negra brasileira. A partir dos anos 2000, algumas ações afirmativas foram implementadas por diferentes esferas de governo como forma de enfrentamento à alarmante desigualdade social no país, vigorosamente influenciada pela questão racial. Entre elas estão a Lei 10.639/03 (alterada pela Lei 11.645/08⁴) que torna obrigatória a inclusão sobre História e Cultura Afro-Brasileira do ensino fundamental até o ensino médio, e a Lei de Cotas 12.711 para o ensino superior.

O principal objetivo dessas ações afirmativas é minimizar o racismo institucional que está presente no ambiente educacional, seja em escolas ou universidades, pois esse tipo de forma de racismo é crucial para manter as desigualdades, a segregação e o alto índice de evasão escolar de alunos e alunas negros e negras, fazendo com que a população negra

⁴ Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

continue em posições subalternizadas dentro da sociedade brasileira. Segundo o Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares supracitadas:

O Brasil conta com mais de 53 milhões de estudantes em seus diversos sistemas, níveis e modalidades de ensino. Os desafios da qualidade e da equidade na educação só serão superados se a escola for um ambiente acolhedor, que reconheça e valorize as diferenças e não as transforme em fatores de desigualdade. Garantir o direito de aprender implica em fazer da escola um lugar em que todos e todas sintam-se valorizados e reconhecidos como sujeitos de direito em sua singularidade e identidade. (BRASIL, 2004, p.5)

O papel das escolas e universidades no Brasil vai muito além da socialização do saber científico, implica em construir representações sociais positivas sobre as pessoas negras e os demais grupos que vivem uma história de exclusão, problematizando a questão racial, que influencia na realidade social, política e econômica da população negra. A introdução obrigatória do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas exige mudanças de prática e descolonização dos currículos. Essas mudanças de representação e de práticas exigem questionamento de lugares de poder (Gomes, 2012).

É importante ressaltar que a introdução da Lei 10639/03 não representa imposição de novas disciplinas, mas principalmente uma descolonização do currículo, que demonstre, por exemplo, que a origem dos povos africanos não começa com a colonização e nem com a escravidão imposta pelos europeus, ela começa muito antes. Sendo assim, ela não é apenas uma norma, é resultado da ação política e da luta de um povo que a história, sujeitos e protagonistas ainda são poucos conhecidos Gomes (2012, p.103-104). A intenção política dessa lei é atingir de forma positiva toda sociedade e não apenas os grupos sociais que ela representa.

A formação dos professores e professoras, seja ela inicial ou continuada, precisa contemplar aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir dos grupos étnicos indígenas e negros. Dando mais ênfase no estudo da história da África e dos povos africanos; na luta das pessoas negras e dos povos indígenas no Brasil; na cultura negra e indígena brasileira; resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política. É importante caracterizar a sociedade brasileira como pluriétnica e multirracial. Apesar de neste artigo não tratarmos especificamente da Lei nº 11645 de 10 de março de 2008 ela é também um instrumento responsável por fortalecer a luta pelo reconhecimento das diferentes identidades étnicas e culturais na formação de nossa sociedade quando acrescenta o ensino da história e cultura Indígena nos currículos escolares.

2.1 A LEI 10639/03: UM OLHAR PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

A Lei 10639 de 9 de janeiro de 2003 é um marco histórico. Foi responsável por alterar a Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", sendo uma das primeiras leis educacionais sancionadas pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É sempre relevante destacar a luta dos Movimentos Negros para a conquista dessa lei que modificou o sistema de ensino, eles foram os responsáveis por cobrar incansavelmente um tratamento justo e igualitário para as pessoas negras em todos os âmbitos da sociedade brasileira. A escola é um lugar onde as diversidades se encontram e precisam ser respeitadas,

demonstrando a importância de se discutir a construção de um currículo inclusivo que englobe os debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos alunos e alunas.

A Lei 10639/03 estabeleceu novas diretrizes e práticas pedagógicas incluindo no conteúdo programático de todo currículo escolar o “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e as pessoas negras na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003). Além de, incluir no calendário escolar o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’⁵. Nos coloca o desafio de construir uma educação para igualdade racial, uma formação humana que promova valores não racistas (SANTOS, 2011, p.5). Como poderemos ver na legislação a seguir:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003)

O ensino de Geografia apresenta grande potencial para ser um instrumento de educação para igualdade racial, através de seu conteúdo programático podemos instigar a reflexão sobre as desigualdades raciais que herdamos em nossa sociedade e que influenciam o modo como negros e brancos se identificam, os espaços em que se inserem, suas lutas políticas, sua inserção na economia entre outras coisas que demonstram a estrutura social e espacial em que estamos contidos. Sobre isso, pensamos que:

A Geografia, como disciplina escolar, oferece sua contribuição para que alunos e professores enriqueçam suas representações sociais e seu conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica, entendendo melhor o mundo em seu processo ininterrupto de transformação, o momento atual da chamada mundialização da economia. (PONTUSCHKA et al., 2009, p. 38)

Para abordarmos esse tipo de discussão e desconstruirmos as narrativas eurocêntricas que baseiam o ensino de Geografia é preciso que se faça a inserção do debate de raça nos conteúdos trabalhados em Geografia, se contemplarmos as diretrizes da Lei 10639 e buscarmos compreender o continente africano, a fim de, desfazer estereótipos do tipo que julgam que lá só existe miséria, fome, doenças e guerras. Descobriremos a riqueza cultural,

⁵ O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de Zumbi, o então líder do Quilombo dos Palmares – situado entre os estados de Alagoas e Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil.

étnica, linguística, artística e intelectual que temos nesses países. Como bem ressalta o professor Renato Emerson dos Santos⁶:

Ensinar sobre as lutas é ensinar a lutar. Ensinar apenas sobre as ditaduras pós coloniais da África, ignorando os processos políticos e intelectuais que articulam africanos e afrodescendentes na diáspora do século XX contribui para a reprodução do racismo enquanto sistema de dominação mundial. (SANTOS, 2010, p. 152-153)

Essas atitudes são relevantes também para que os alunos e alunas negros e negras se sintam mais valorizados e inseridos, tanto no ambiente escolar como na sociedade. É uma forma de combater o racismo estrutural⁷ e institucional⁸ que coloca a população negra em desvantagem quanto ao nível de escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Para Almeida (2018), as instituições materializam uma estrutura social, sendo assim se propagam o racismo que é parte da ordem social. Segundo ele:

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. (ALMEIDA, 2018, p. 27)

A Geografia é um dos principais veículos propagadores de visões do mundo e suas dimensões e deve colaborar com o rompimento dos modelos eurocêntricos e hegemônicos na valorização da identidade negra. “É preciso revisar os conteúdos que inferiorizam o continente africano, que inferiorizam os afrodescendentes que são os principais alvos do preconceito racial.” (COSTA, 2009, p.8)

Recentemente observamos um maior interesse de pesquisas relacionadas às questões raciais, tornando cada vez mais acessível a todas as camadas da sociedade o debate público sobre o fenômeno do racismo, que era hegemonicamente silenciado (ou negado) pelo ideário da democracia racial⁹ (SANTOS, 2013, p.94). A partir dos conteúdos trabalhados em Geografia, podemos refletir sobre o espaço produzido pela humanidade em sua luta contínua para a sobrevivência- o território. Considerando valores decorrentes da forma de organização dos povos, da apropriação dos territórios, das lutas travadas para tanto, das questões étnicas, dos valores culturais e religiosos entre outros. (CALLAI, 2001)

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O caráter metodológico desta pesquisa refere-se a um estudo de caráter exploratório, adotando a pesquisa bibliográfica como procedimento técnico para a Revisão Sistemática da Literatura (RSL). O protocolo da RSL promovida foi elaborado a partir das orientações estabelecidas no trabalho de Kitchenham e Charters (2007 apud DEMERVAL et al., 2019, p.

⁶ Os trabalhos do Prof. Dr. Renato Emerson, são muito significativos para a discussão das relações étnico-raciais na Geografia, especialmente no que tange contribuições para o debate junto à formação docente e ao Ensino de Geografia. Suas pesquisas revelam pontos importantes nas proposições acerca da Lei 10639/03 que impulsionaram/impulsionam o debate e a produção científica nesta temática.

⁷ Discriminação racial enraizada na sociedade.

⁸ Desigualdade de tratamento entre negros e brancos que ocorrem em instituições públicas ou privadas.

⁹ Ideia errônea de que cidadãos brasileiros de todas as etnias possuem os mesmos direitos e oportunidades na sociedade.

5). A partir de tais contribuições, a presente pesquisa foi dividida em três fases, a saber: i) planejamento: definição das fontes de busca e critérios de inclusão e exclusão; ii) condução: seleção dos trabalhos através das estratégias de busca. Em seguida, foi realizada a extração dos dados realizada durante a leitura dos artigos selecionados; iii) documentação: sintetização e análise dos dados.

3.1 Planejamento

Como primeiro passo para construção deste artigo, realizou-se a escolha de periódicos específicos onde seria realizado o levantamento bibliográfico para o presente trabalho. Essas consultas foram feitas através da Plataforma Sucupira, onde é possível pesquisar revistas no campo da Geografia, podendo classificar o Qualis das revistas científicas a qual se pretende buscar.

Em seguida, foram estabelecidos os critérios para a seleção dos artigos que seriam utilizados para compor a sistematização do estudo. Os critérios de inclusão selecionados foram os seguintes: (1) os artigos deveriam ser publicados em revistas com Qualis (critério da CAPES, sigla de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que analisa a qualidade da produção intelectual de revistas científicas) B3 ou superior entre os anos de 2015 e 2020; (2) os artigos deveriam ter como temática a prática pedagógica de professores de geografia, seu desafios e/ou assertivos em relação à educação das relações étnico-raciais no ensino de Geografia vinculada às diretrizes da lei 10639/03.

Os critérios de exclusão estabelecidos foram os trabalhos disponíveis apenas na forma de resumo, apresentações, entrevistas, trabalhos duplicados e publicações de outros idiomas.

As consultas à fonte de busca ocorreram entre os anos 2020 e 2021 no site Qualis Capes (<https://qualis.capes.gov.br/>), o número de revistas encontradas no campo de Geografia nessa plataforma foi extenso: foram encontradas 65 revistas. Sendo assim, demonstrou-se necessário fazer uma redução respeitando os critérios de inclusão pré-estabelecidos que definiram o maior interesse da pesquisa por revistas que abordam o campo de ensino de Geografia em seus artigos.

A partir de visitas aos sites das revistas analisando os temas que se procuravam encontrar nas publicações – buscados a partir dos mecanismos de pesquisa que os sites apresentavam – o número de revistas válidas foi reduzido de maneira considerável, isso se deve ao fato de que poucas das revistas selecionadas tinham publicações com o tema e demais palavras-chaves estabelecidas nos critérios.

3.2 Condução¹⁰

A estratégia de busca de artigos foi definida por palavras-chave, sendo elas: Ensino de Geografia; Lei 10639/03 e Relações étnico-raciais. Foram encontrados 6 artigos no total em 5 revistas das 65 previamente consultadas. Tal quantitativo passou a compor o banco de artigos brutos. Como procedimento manual de seleção foram lidos e analisados os resumos, as introduções e considerações finais destes artigos, para obter um melhor reconhecimento dos

¹⁰ Apesar do protocolo da RSL seguir etapas bem definidas, algumas limitações podem ser identificadas, tais como: i) se a pesquisa aqui proposta for verificada em datas distintas, os resultados poderão sofrer alterações; ii) caso outras bases de dados venham a ser consultadas, os trabalhos retornados podem ser distintos dos apresentados nesta pesquisa; iii) as palavras-chave adotadas na busca utilizada podem não contemplar todos os sinônimos existentes para os termos identificados, sendo insuficiente para capturar todas as pesquisas relevantes.

resultados e discussões tratados pelos autores. Diante disso, chegou-se ao número de 6 artigos aptos de acordo com os critérios de inclusão mencionados anteriormente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O quadro 1 apresenta a relação de artigos utilizados na revisão sistemática da literatura que discutem a incorporação da Lei 10639/03 no ensino de geografia.

Quadro 1 - Relação de artigos utilizados na revisão sistemática de literatura			
Número	Artigos	Autores/Anos	Revista
1	Ensino de geografia e as relações raciais: o projeto nós propomos como intervenção metodológica para o resgate da cultura e identidade na comunidade remanescente quilombola de Vila Nova Jutai – Breu Branco - PA	Paixão, Karleison Coelho da, et al./ 2020	Revista Ciência Geográfica
2	O ensino de geografia e as relações étnico-raciais nos livros didáticos de ensino fundamental	Martins, Alan Bizerra, Pureza, Marcelo Gaudêncio Brito/ 2020	Revista Geografia Ensino e Pesquisa

3	Ausência e presença negra da população negra no material didático de geografia para a educação de jovens e adultos da Seeduc/RJ	Silva, Tiago Dionísio da /2020	Revista Brasileira de Educação em Geografia
4	Contribuições da geografia escolar na busca de um saber-fazer decolonial de enfrentamento ao racismo	Couto, Aiala Colares; Costa, Jorge Oliveira; Souza, Erica Santos/ 2020	Revista de Geografia (Recife)
5	A educação de jovens e adultos trabalhadores e as “novas insurgências” a partir da classe e da raça: pressupostos teóricos para o ensino de geografia.	Silva, Tiago Dionísio da; Souza, Camila Vianna de/ 2020	Boletim Paulista de Geografia
6	O estado da arte das questões étnico-raciais nas pesquisas em ensino de geografia.	Oliveira, R. C. de / 2020	Boletim Paulista De Geografia,

Fonte: A autora, 2021

Com base no *quadro 1*, observamos os títulos e autores dos trabalhos encontrados nas revistas que discutem a incorporação da Lei 10639/03 sendo representados por seis artigos. O baixo número de pesquisas encontradas revela que apesar de existirem muitas pesquisas sobre a temática étnico-racial a publicação em periódicos científicos é um processo mais complexo, causando uma escassez dessa discussão nos últimos cinco anos na área de ensino de

Geografia, porém é importante observar que todos os trabalhos analisados foram publicados no ano de 2020 demonstrando um crescente interesse pelo tema, que pode ser resultante dos recentes acontecimentos de casos de racismo que repercutiram em todas as mídias nacionais e internacionais.

Apesar de a pesquisa realizada na plataforma sucupira ter resultado no número de 65 revistas, apenas 5 revistas que abordam o campo de ensino de Geografia em seus artigos possuíam trabalhos com a temática étnico-racial em suas publicações de 2015 a 2020.

Importante ressaltar que a revista “Boletim Paulista de Geografia” possui uma edição especial: Geografia e relações étnico-raciais do ano de 2020, mas nem todos os artigos se enquadravam nos critérios de seleção dos artigos utilizados na RSL.

O *quadro 2* analisa os artigos mostrando as questões principais de cada um, onde podemos observar os objetivos, métodos e principais resultados apresentados na pesquisa.

Quadro 2 - Questões principais de cada artigo			
Autores/ ano	Objetivo	Método	Principais resultados
Paixão, Karleison Coelho da, et al./ 2020	Identificar problemas relacionados à perda da cultura e identidade quilombola na Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutá – Breu Branco/PA	A pesquisa foi baseada em levantamento bibliográfico, execução do projeto, elaboração de questionário, formulário e entrevistas. O projeto foi desenvolvido juntamente aos alunos do 9º ano do ensino fundamental	Produção de maquete elaborada através de propostas feitas pelos alunos e moradores da comunidade.
Martins, Alan Bizerra; Pureza, Marcelo Gaudêncio Brito/ 2020	Identificar e analisar os conteúdos referentes às relações	A metodologia utilizada para a pesquisa propõe uma análise de cunho qualitativo	As figuras referentes às questões étnico-raciais contidas nos livros

	<p>étnico-raciais abordadas no livro didático de geografia do Ensino Fundamental, coleção Para Viver Juntos, 4ª edição, editora SM de 2015, utilizada por uma escola da rede Municipal de ensino de Marabá-PA.</p>	<p>da Coleção Para Viver Juntos, organizada por Fernando dos Santos Sampaio, no qual, foram analisados os livros didáticos de Geografia voltados para o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano</p>	<p>didáticos não contribuem efetivamente para a construção de um conhecimento crítico sobre as relações étnico-raciais no mundo em que o aluno vive.</p>
<p>Silva, Tiago Dionísio da /2020</p>	<p>Apresentar uma análise do material didático de Geografia produzido pela Fundação CECIERJ para a Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro .</p>	<p>Analisar imagens e os conteúdos dos cadernos dos estudantes a partir de um recorte voltado para as relações raciais, mais especificamente como se dá a representatividade da população negra no referido material, uma vez que o segmento negro da sociedade brasileira é a</p>	<p>A partir das análises realizadas, é possível concluir que a representação da população negra está negligenciada, estigmatiza e estereotipada, reforçando assim, o racismo institucional no espaço escolar e colaborando para práticas pedagógicas racistas.</p>

		maioria nos bancos escolares na EJA	
Couto, Aiala Colares; Costa, Jorge Oliveira; Souza, Erica Santos/ 2020	Apresentar de forma descritiva e analítica as estratégias didático-pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, tendo como perspectiva a construção de um saber-fazer decolonial de enfrentamento ao racismo	A metodologia pautou-se em pesquisas bibliográficas, observações de campo e levantamento de dados que foram a base de formação de conteúdos para a elaboração das ações	O resultado apontou para uma maior participação dos alunos nos projetos educativos de antirracismo e as ferramentas utilizadas demonstraram que são bastante eficazes como recurso metodológico de ensino.
Silva, Tiago Dionisio da; Souza Camila Vianna de/ 2020	Resgatar o contexto histórico da população brasileira baseado nos estudos teóricos dos conceitos de classe, raça e racismo – expressões que vêm sendo cada vez mais utilizadas atualmente por conta de atos e comportamentos preconceituosos.	Abordagem metodológica pautada na pesquisa qualitativa e bibliográfica.	Compreende-se a necessidade de políticas públicas cada vez mais inclusivas para a EJA, uma vez que esse público, como já foi ressaltado anteriormente, vem sofrendo processo de marginalização durante décadas.

Oliveira, R. C. de / 2020	Apresentar algumas reflexões sobre o Estado da Arte referente às Questões Étnico-raciais na Geografia brasileira, entendidas como a multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros e negras no Brasil	Foi realizada uma pesquisa no banco de dados digital da CAPES e nos programas de pós-graduação das próprias universidades a respeito da produção acadêmica sobre o tema.	Observou-se o crescimento de pesquisas acadêmicas sobre questões étnico-raciais, no seio da ciência geográfica.
------------------------------	--	--	---

Fonte: A autora, 2021

4.1 Análises e comparações referentes às discussões tratadas nos artigos

O artigo de número um do *quadro 1*, apresenta a aplicação do “Projeto Nós Propomos” como ferramenta de intervenção metodológica na comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutai – Breu Branco/PA, desenvolvido a partir da escola local “Escola Municipal Deuzuita Melo de Albuquerque” junto aos alunos do nono ano do ensino fundamental, o professor de Geografia da escola e integrantes do projeto relacionado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. Segundo o texto analisado, o objetivo principal do projeto é dinamizar a autonomia dos estudantes e nesse contexto a disciplina Geografia foi a ferramenta fundamental para proporcionar aos alunos uma visão crítica do espaço onde vivem fazendo uma correlação com o tema relações raciais. Os alunos foram estimulados a identificar problemas existentes em seu espaço habitado, aplicando questionários aos moradores da comunidade. Como resultado perceberam a necessidade de valorizar a própria cultura, como forma de valorização da identidade quilombola e do lugar. Finalmente os moradores apontaram que um dos fatores que contribuem para o agravamento da situação era a falta de um espaço (local) onde essas culturas fossem reproduzidas cotidianamente. O que resultou na confecção de uma maquete que representasse um espaço para desenvolver práticas culturais que fomentassem a identidade quilombola no lugar.

Esse trabalho funciona como um relato de experiência importante para que professores de Geografia possam repensar suas práticas pedagógicas no que desrespeita os territórios de comunidades remanescentes de quilombos e a valorização de suas histórias de formação, especificidades e resistência política e cultural. Para Santos “Elas são marcas espaciais (rugosidades, no dizer de Milton Santos) das resistências dos negros à escravidão, portanto, uma geo-grafia de lutas históricas que ressignificam o que é ser descendente de escravos (SANTOS, 2010, p. 155)”.

Os artigos número dois e três do *quadro 1*, realizaram uma metodologia de análise qualitativa, avaliando materiais didáticos de Geografia que são utilizados em diferentes escolas e segmentos da esfera pública brasileira. Para realizar essas análises os autores preocupam-se em encontrar nos conteúdos referências positivas da história da população negra na formação do espaço geográfico brasileiro.

Os autores do artigo número dois chegaram à conclusão de que os livros didáticos voltados para o ensino de geografia na educação básica do município de Marabá-PA fazem pouca referência às abordagens e especificidades do campo das relações étnico- raciais. Enquanto o autor do artigo número três observou que no material para Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro existe uma lacuna conteudista a temas relacionados à população negra.

Esses trabalhos demonstram que apesar de a Lei 10639/03 está completando 18 anos, as questões étnico-raciais ainda não recebem a devida atenção no que se refere aos conteúdos apresentados nos materiais didáticos utilizados por inúmeros professores de Geografia. Citando Santos novamente, refletimos que:

[...] Algumas coleções de livros didáticos de Geografia, mais recentemente, vêm incorporando informações sobre desigualdades raciais, falando sobre racismo e seus impactos, mas, ao falar disso, não abordam o fato de que as relações raciais são historicamente um dos pilares ideológicos da ideia de nação no Brasil. [...] (SANTOS, 2010, p. 153)

Ou seja, tais coleções de livros didáticos apresentam poucas coisas sobre a temática racial de forma resumida e incompleta, deixando a cargo do interesse dos professores e professoras aprofundarem as discussões.

O artigo número quatro do *quadro 1*, é resultado de uma das ações de desconstrução da colonialidade a partir da relação Escola-Comunidade-Universidade, orientada pelo Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em Geografia, que atua em escolas públicas no município de Castanhal na área de influência da região metropolitana de Belém. Seu objetivo é relacionar o ensino de Geografia com as questões étnico-raciais na busca de ações de enfrentamento ao racismo na escola. Os licenciados em Geografia da UEPA, sob supervisão e orientação de professores de sua mesma área de conhecimento, desenvolveram atividades em três escolas públicas de Castanhal – Pará. Buscaram-se construir a partir de debates, rodas de conversas, oficinas e brincadeiras, formas de interpretação do mundo a partir do olhar crítico acerca dos valores que foram construídos historicamente e que reforçaram as desigualdades raciais e de oportunidades sempre referenciando os conteúdos a Lei 10.639/03.

Esse texto apresenta os resultados de uma pesquisa prática que teve como fundamento as metodologias do ensino de Geografia, demonstrando como a Geografia é um importante instrumento educativo de ação-reflexão, sendo uma disciplina que deve trazer como proposta teórica a descolonização do saber e o enfrentamento ao racismo. Santos (2010) nos chama atenção para quanto às dimensões do ensino de Geografia podem contribuir para a construção de referenciais de leitura do mundo que sejam alternativas ao eurocentrismo, pois:

Para mudar estas diretrizes e contemplar a Lei 10.639, combatendo o eurocentramento do currículo do Ensino de Geografia, e buscando a desconstrução das narrativas que estruturam as leituras de totalidade-mundo, tornam-se necessárias revisões conceituais, revisões de estruturas, enfim: inserção de conteúdos mas também a revisão de conteúdos (SANTOS, 2010, P. 151)

O artigo número cinco do *quadro 1*, evidencia a importância de tratar no ensino Geografia as dimensões e desigualdade espaciais marcadas não só pela desigualdade social, mas também pela racial. Com isso, o autor e a autora nos trazem uma riquíssima discussão sobre os conceitos de classe, raça e racismo e a necessidade da construção de práticas pedagógica que levem em conta as especificidades características do público da EJA na Rede Estadual Pública do Rio de Janeiro, que possui grande presença de estudantes negros e negras. Para Santos (2010), precisamos problematizar as relações raciais como pilar ideológico da ideia de nação no Brasil e abordar a existência de um projeto de branqueamento da população até praticamente a metade do século XX. Logo o ensino de Geografia não pode:

Deixar de falar de superioridade racial, dentro de um contexto de fim da política de branqueamento, não nos parece suficiente para a promoção de uma educação para a igualdade. Defendemos aqui que esta política, central para a construção do ideário de nação no país, deve ser objeto de problematização, deve ser trabalhada no ensino de Geografia – não apenas a política, mas sua dimensão espacial, o que pode revelar o quanto suas consequências são atuais e estão grafadas nas dimensões concreta e simbólica do território e das regiões brasileiras. (SANTOS, 2010, p.154)

O artigo número seis do *quadro 1*, nos apresenta uma análise das produções acadêmicas dos programas brasileiros de pós-graduação em Geografia relacionadas às questões étnico-raciais. Revelando então um crescimento das pesquisas nessa área que o autor associa ao crescente número de alunos e alunas negras no ensino superior através das políticas afirmativas. Porém apesar do surgimento de novos e importantes debates no campo da epistemologia da Geografia, uma vez que buscam reconstruir categorias e conceitos da ciência geográfica a partir das questões étnico-raciais, as produções acerca dessa temática ainda podem ser consideradas tímidas, em especial em algumas áreas como no ensino de Geografia.

A partir do que o artigo seis nos apresenta, consideramos que para que o ensino de Geografia venha a ser de fato um instrumento para efetivação da Lei 10639/03, na busca pela construção de uma educação para igualdade racial, é preciso que haja maior aprofundamento nas discussões acadêmicas relacionadas à educação das relações étnico-raciais seja na formação inicial ou continuada dos professores e professoras de Geografia, para que esses debates cheguem até as escolas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo selecionar e analisar artigos científicos que apresentassem discussões referentes à Lei 10639/03, evidenciando como tem sido discutida a incorporação da referida lei no ensino de Geografia, no período de 2015-2020.

Para tanto foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) por meio de revistas eletrônicas que contivessem periódicos pertencentes à área de ensino de Geografia. A partir deste levantamento realizado chegou-se ao número de seis artigos, o que representa um número considerado baixo quando se reflete sobre a importância da discussão étnico-racial no ensino de Geografia.

Dentre as discussões encontradas nos artigos destacam-se as intervenções metodológicas que demonstram a importância de programas como: “Projeto Nós Propomos” e “Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)” para a articulação escola-comunidade-universidade. Além de trabalhos que buscam avaliar os materiais didáticos utilizados por docentes de Geografia em conformidade com a Lei 10639/03.

É válido ressaltar as produções realizadas pelo autor Prof. Me. Tiago Dionisio da Silva, que no ano de 2020 publicou dois artigos sobre as relações étnico-raciais no ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos. Logo, acredita-se que essa análise de RSL é importante no sentido de trazer o que vem sendo construído em relação à incorporação da Lei 10639/03 no ensino de Geografia e de demonstrar a necessidade de mais discussões que auxiliem a aplicabilidade da lei no contexto educacional.

Refletir sobre os impactos que as práticas pedagógicas racistas causam a população negra e não negra, é um papel que a escola precisa desempenhar, sendo assim, o currículo escolar deve levar em conta a pluralidade existente na sociedade brasileira e trabalhar conteúdos que contemplem as diferentes culturas, etnias e raças. Porém, é importante mencionar que apesar da existência da Lei e de sua notória significância para o combate ao racismo, não existem garantias de que ela será efetivamente aplicada no ambiente escolar. Tornando a luta antirracista complexa, ainda mais quando ocorre a ausência de pessoas negras que estejam representadas nesses espaços.

Eu, Claudiane, autora deste texto, reconheço que este trabalho foi muito importante para minha formação como cidadã negra brasileira e também para minha formação acadêmica como professora-pesquisadora da área de ensino de Geografia. Em toda a minha graduação não me foram ofertadas disciplinas que me possibilitassem um aprofundamento sobre a Geografia da África, tanto que nem conhecia a Lei 10639/03. Felizmente, tive a oportunidade de dar continuidade a minha formação e conhecer a importância dessa lei que me toca pessoalmente, pois fui uma aluna negra de ensino fundamental e médio e senti na pele a força que o racismo possui em nossa sociedade, principalmente no ambiente escolar. Saber que como professora posso utilizar a Geografia como instrumento de análise do espaço geográfico, a fim de, descolonizar os conteúdos e valorizar as contribuições dos povos africanos na formação do Brasil, me deixa muito feliz. É muito ruim ser uma aluna/aluno negra/negro e só se reconhecer no conteúdo estudado quando se fala de escravidão de forma estereotipada e preconceituosa.

Espero que esse artigo contribua de forma positiva para reflexão dos docentes de Geografia sobre a importância de valorizar a ancestralidade africana de seus alunos e alunas, possibilitando a população negra uma melhora na auto-estima.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro) ISBN: 978-85-98349-74-9

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/ME, 2004.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino? . **Revista Terra Livre**, n. 16, p. 133-152, 2001.

COSTA, Raphael Luiz Silva da. A Lei 10639/2003 e o ensino de Geografia: Representação dos negros e África nos livros didáticos. In: 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, Porto Alegre, 2009.

COUTO, Aiala Colares; COSTA, Jorge Oliveira; SOUZA, Erica Santos. Contribuições da Geografia escolar a busca de um saber-fazer decolonial de enfrentamento ao racismo. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 37, n. 3, p.107-126, 2020.

DERMEVAL, Diego; COELHO, Jorge A. P. de M.; BITTENCOURT, Ig I. Mapeamento sistemático e revisão sistemática da literatura em informática na educação. In: JAQUES, Patrícia Augustin; SIQUEIRA; Sean; BITTENCOURT, Ig; PIMENTEL, Mariano. (Org.) **Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação: Abordagem Quantitativa**. Porto Alegre: SBC, 2019.

GOMES, Nilma. Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. In: Brandão, A. P. (org). **Modos de Fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres**. – Rio de Janeiro: **Fundação Roberto Marinho**, v. 4, p.19-25, 2010.

GOMES, Nilma. Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

PAIXÃO, Karleison Coelho da et al. Ensino de Geografia e as relações raciais: o Projeto Nós Propomos como intervenção metodológica para o resgate da cultura e identidade na comunidade remanescente quilombola de Vila Nova Jutaí – Breu Branco – PA. **Revista Ciência Geográfica** - Bauru - XXIV - Vol. XXIV- (1): Janeiro/Dezembro - 2020.

SILVA, Tiago Dionisio da. Ausências e presenças da população negra no material didático de Geografia para educação de jovens e adultos da SEEDUC/RJ: negligências, estigmas e estereótipos. **Revista Brasileira De Educação Em Geografia**, 10(20), 174–201, 2020.

SILVA, Tiago Dionisio da.;SOUZA, Camila Vianna de. A educação de jovens e adultos trabalhadores e as “novas insurgências” a partir da classe e da raça: pressupostos teóricos para o ensino de geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 104, p. 142-162, 2020.

OLIVEIRA, Rafael Cícero de. O Estado da Arte das questões étnico-raciais nas pesquisas em ensino de Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 104, p. 163-186, 2020.

MARTINS, A. B.; PUREZA, M. G. B. O ensino de geografia e as relações étnico-raciais nos livros didáticos no ensino fundamental. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 24, e18, p. 1-31, 2020. <https://doi.org/10.5902/2236499440314>

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales=Cbconselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639 e o ensino de geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, v. 7, n. 1, p. 04-24, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da lei 10.639. **Terra Livre**, v. 1, n. 34, 2010

SANTOS, Renato Emerson dos. O movimento negro brasileiro e sua luta anti-racismo: por uma perspectiva descolonial. **Yuyaykusun**, n. 6, 2013.

SANTOS, Renato Emerson dos. Refletindo sobre a Lei 10.639: possibilidades e necessidades do ensino de Geografia a partir de um tensionamento do Movimento Negro. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 12°. Montevideo. **Anais do XII EGAL**, Montevideo: Universidad de la República, 2009.

SANTOS, Renato Ferreira dos; MARQUES, Ana José. Diversidade étnico-racial: conceitos e reflexões na escola. In: XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio - Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa, São Gonçalo, 2012. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337560631_ARQUIVO_TEXTO ANPUH-2012.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337560631_ARQUIVO_TEXTO_ANPUH-2012.pdf). Acesso em: 10/11/2021